

O decepcionante desempenho da economia em 1987

Brasil

O crescimento real de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, anunciado oficialmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não constitui uma surpresa porque já se sabia, desde novembro, que o resultado final ficaria próximo de 3%. O próprio IBGE divulgava naquele mês, aliás, que o desempenho econômico do País no período de janeiro a outubro não autorizava a prever uma taxa final superior a 3,6%. Até então, a despeito da queda de atividades no setor industrial, ainda se cultivava a esperança de que o crescimento do produto poderia situar-se em torno de 5%, taxa prevista no Plano Bresser, de junho, porque a agricultura colhia uma safra recorde de grãos.

A produção agrícola, de fato, acabou registrando uma extraordinária taxa de crescimento de 14%, de acordo com os dados do IBGE, compensando com sobras a queda de 7,9% apontada no ano anterior. A indústria, porém, continuou a diminuir seu ritmo de atividades nos meses finais do ano, e

o produto setorial alcançou um crescimento de apenas 0,2%, em comparação com 12,1% em 1986.

Em relação à taxa de expansão demográfica, estimada atualmente em 2,1% pelo IBGE, o crescimento de 2,9% do PIB indica um ganho modesto, de apenas 0,8%. Trata-se de uma evolução bastante insatisfatória em termos de renda per capita da população, pois, em 1986, o avanço havia sido de 5,8% e, historicamente, o País vinha registrando uma taxa da ordem de 4%, com 7% de crescimento do PIB.

Não é apenas pelo fato de possuirmos uma renda per capita baixa, que superou a barreira dos US\$ 2 mil somente em 1986, que devemos lamentar o resultado alcançado no ano passado. Um ganho de produção de 0,8%, em relação à taxa demográfica, é sem dúvida insuficiente para gerar o número de empregos reclamado pelo crescimento anual da mão-de-obra. E uma agravante no desempenho econômico de 1987, anotada pelo IBGE, foi a queda de 3,9% no produto da construção civil, justa-

mente o setor que se caracteriza por absorver os trabalhadores urbanos de menor qualificação profissional.

As perspectivas para este ano também não são das melhores. Apesar da recuperação das vendas externas, com as quais parte da indústria consegue compensar a retração do mercado interno, não teremos neste ano a repetição do desempenho agrícola de 1987, já que a produção de grãos, segundo os levantamentos realizados, deverá situar-se em nível semelhante ao do ano passado. Além disso, como foi fartamente noticiado, houve um enorme aumento de gastos com pessoal nas despesas correntes do governo, o que diminui ainda mais os já escassos recursos para investimento.

O déficit público, além de influir no aumento das pressões inflacionárias pela emissão de moeda, contribui para agravar a retração das atividades econômicas quando se tenta diminuir o excesso de liquidez pela elevação das taxas de juro. Sem a adoção de medidas corajosas para conter

seu déficit, portanto, o governo estará contribuindo para manter indefinidamente o atual ambiente desfavorável aos investimentos do setor privado.

As necessidades de financiamento do setor público já assumiram proporções tão dramáticas, com os sucessivos déficits fiscais, que seria utópico esperar por soluções definitivas a curto prazo. Todavia, é preciso que pelo menos as despesas com o funcionalismo sejam adequadas com urgência à geração de receita, para diminuir as incertezas dos agentes econômicos privados. Decisões desse tipo, salvo engano, nada têm a ver com definições constitucionais sobre sistema de governo ou duração do mandato presidencial. O País pede mais ação e menos desculpas.

O comportamento errático da economia desde 1980, alternando períodos de recessão e de expansão acelerada, resultou sobretudo, em nosso entender, desse desajuste das contas públicas. Por isso, se o objetivo é um crescimento mais estável, está na hora das decisões.